

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-295-1

DOI 10.22533/at.ed.951192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 4º volume, reuni o total de 23 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem educação, escola e sociedade, dança e desenvolvimento sociocultural, urbanização, memória e museu, inovação social, economia, habitação, arquitetura e identidade cultural, movimentos sociais dentre outros, que são temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 4º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE	
Lívia Salomão Piccinini Karla Moroso	
DOI 10.22533/at.ed.9511926041	
CAPÍTULO 2	25
A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA	
Kenia de Amorim Madoz Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9511926042	
CAPÍTULO 3	40
A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL	
Eduardo Fernandes Antunes Maria Aparecida Santana Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.9511926043	
CAPÍTULO 4	45
A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
Josélia da Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9511926044	
CAPÍTULO 5	59
ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO	
Hugo Pablo Lourenço Sapia	
DOI 10.22533/at.ed.9511926045	
CAPÍTULO 6	73
ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU	
Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa Daniel Maurício Viana de Souza Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9511926046	
CAPÍTULO 7	85
ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9511926047	
CAPÍTULO 8	90
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS	
Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro Cristienne Magalhães Pereira Pavez	
DOI 10.22533/at.ed.9511926048	

CAPÍTULO 9	104
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA	
Sandra Franco-Patrocínio Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.9511926049	
CAPÍTULO 10	131
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	
Daniela de Oliveira Massad Paulo César Lapolli Felipe Kupka Feliciano Leandro Maciel Nascimento Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.95119260410	
CAPÍTULO 11	145
“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	
Caroline Magalhães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95119260411	
CAPÍTULO 12	157
DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP	
Sandra Cristina de Oliveira Leonardo de Barros Pinto Gessuir Pigatto	
DOI 10.22533/at.ed.95119260412	
CAPÍTULO 13	169
FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	
Bruna Dal Agnol Caliane C. O. de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.95119260413	
CAPÍTULO 14	185
FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL	
Bruna Medeiros Bolzani Fernando Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.95119260414	
CAPÍTULO 15	196
HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier Mariana Lautenschlager Spoladore Ana Paula Perfetto Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.95119260415	

CAPÍTULO 16	212
LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS	
Everton Luis Israel Ribas Vanessa, Steigleder Neubauer Rafael Vieira de Mello Lopes Fagner Cuozzo Pias	
DOI 10.22533/at.ed.95119260416	
CAPÍTULO 17	221
MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95119260417	
CAPÍTULO 18	236
O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO	
Carlos Roberto Santos Vieira Elaine Di Diego Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260418	
CAPÍTULO 19	243
PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU	
Franciely Chropacz Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov	
DOI 10.22533/at.ed.95119260419	
CAPÍTULO 20	249
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	
Vanessa Batista Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.95119260420	
CAPÍTULO 21	260
SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	
Guilherme Juliani de Carvalho Briza Gabriela Moreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.95119260421	
CAPÍTULO 22	271
TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS	
Magda Cibele Moraes Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95119260422	
CAPÍTULO 23	286
TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260423	

DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP

Sandra Cristina de Oliveira

Universidade Estadual Paulista – UNESP,
Faculdade de Ciências e Engenharia
Tupã – SP

Leonardo de Barros Pinto

Universidade Estadual Paulista – UNESP,
Faculdade de Ciências Agrônômicas
Botucatu – SP

Gessuir Pigatto

Universidade Estadual Paulista – UNESP,
Faculdade de Ciências e Engenharia
Tupã – SP

RESUMO: A disponibilidade de habitação, bem como o direito a uma moradia adequada são fundamentais ao cidadão. Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para um diagnóstico socioeconômico do município de Tupã-SP, como forma de municiar a administração pública à elaboração de políticas públicas, principalmente no que diz respeito aos planejamentos habitacional e de saneamento básico de interesse social. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, em que a pesquisa de campo abrangeu 433 domicílios das regiões Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Distritos do referido município. O instrumento de coleta de dados foi um formulário com variáveis concernentes ao perfil dos moradores dos domicílios tupãenses

(número de moradores, gênero, faixa etária, condições empregatícias e faixa de renda), às condições dos domicílios e às opiniões dos moradores quanto aos investimentos necessários para o município. Os dados foram analisados usando estatística descritiva, ou seja, por meio de tabelas e gráficos individuais e/ou comparativos e de medidas descritivas. Os resultados mostraram a existência de demanda tanto habitacional como de acesso aos serviços básicos, e apontaram um perfil dos munícipes tupãenses com potencial para tais demandas.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento habitacional. Saneamento básico. Políticas públicas.

ABSTRACT: The availability of housing and the right to adequate housing are fundamental to the citizen. Thus, the aim of this work is to contribute to a socioeconomic diagnosis of the municipality of Tupã, SP, in order to equip the public government to the development of public policies, especially with regard to housing planning and basic sanitation of social interest. This is a descriptive research with quantitative approach, where a field research covered 433 households of the regions North, South, East, West, Central and Districts in this municipality. The data collection instrument was a form with variables concerning the profile of the residents of households at Tupã (number of inhabitants,

gender, age, employment conditions and income level), the conditions of households and the opinions of residents on the investments required for the municipality. Data were analyzed using descriptive statistics, i.e., by means of individual and/or comparative graphics and tables, and descriptive measures. The results confirmed the existence of housing and access to basic services demands, and pointed out a profile of citizens of Tupã with the potential for these demands.

KEYWORDS: Housing planning. Basic sanitation. Public policies.

1 | INTRODUÇÃO

A Nova Alta Paulista está situada na região oeste do estado de São Paulo, sendo composta por 30 municípios distribuídos em torno da rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294). Faz parte das Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí e Peixe, e ocupa área de aproximadamente 10.000 km². O município de Tupã é um dos municípios pertencentes à região da Nova Alta Paulista, e encontra-se a aproximadamente 600 km da capital do referido estado.

De acordo com o IBGE (2017), a população tupãense é estimada em 65.705 habitantes. Ainda segundo o IBGE, cerca de 19.500 munícipes encontram-se empregados, sendo que 1,8% trabalham em indústrias, 29,9% em estabelecimentos comerciais, 40,9% como prestadores de serviços e o restante em outros tipos de emprego. Além disso, há aproximadamente 23 mil domicílios no município e, no que diz respeito à demanda habitacional, a Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura de Tupã estima um déficit de aproximadamente 1.300 domicílios (cerca de 30%), sem haver, no entanto, estudos comprobatórios a respeito. Para reparar o déficit habitacional, vários programas e financiamentos vêm sendo disponibilizados, principalmente pelo governo federal. Nos últimos anos, os programas habitacionais que mais têm influenciado na mudança do déficit são: o Minha Casa Minha Vida (MCMV), da Caixa Econômica Federal, e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Desde então, o programa MCMV também vem sendo acessado no município de Tupã, com o intuito de reduzir o déficit habitacional, por meio da construção de novas casas. Em contrapartida, a prefeitura do município se responsabiliza pelo cadastramento das famílias e encaminhamento de seus processos para a Caixa.

Mas, tão importante quanto à própria disponibilidade de habitação é o direito a uma moradia adequada. Neste sentido, o acompanhamento e a avaliação do déficit habitacional, bem como das condições de moradia (acesso a serviços básicos tais como abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo e iluminação elétrica) são fundamentais para apoiar a tomada de decisões em uma administração pública, bem como para proporcionar informação à população e promover acesso adequado à moradia.

Cabe ressaltar que, parte deste trabalho foi publicada como trabalho completo

nos anais do IV Simpósio Nacional de Gerenciamento de Cidades e como artigo científico na Revista ANAP Brasil (OLIVEIRA; PINTO; PIGATTO, 2016). Ainda que os resultados apresentados sejam praticamente os mesmos, são exibidas a seguir algumas informações atualizadas sobre o assunto tratado.

2 | OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é contribuir para um diagnóstico socioeconômico do município de Tupã-SP, como forma de municiar a administração pública à elaboração de políticas públicas, principalmente no que diz respeito aos planejamentos habitacional e de saneamento básico de interesse social.

3 | CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria Nacional de Habitação é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor instrumentos para implantar a Política Nacional de Habitação, visando promover a universalização do acesso à moradia.

Dentre os programas habitacionais existentes, aquele que mais tem sido acessado é o MCMV, que movimentou bilhões de reais no setor da construção nos últimos sete anos. Um candidato ao programa MCMV não pode ter sido beneficiado anteriormente em programa habitacional social do governo nem possuir casa própria ou financiamento ativo em todo o território nacional. Este programa é destinado às famílias com renda de até dez salários-mínimos, porém prioriza as que recebem até três. Para 2017, a meta prevista de investimento no programa MCMV foi de R\$ 64,7 bilhões, para a construção de mais de 600 mil moradias, com investimento distribuído percentualmente nas regiões brasileiras da seguinte forma: Sudeste (37%), Nordeste (34%), Sul (12%), Norte (10%) e Centro-Oeste (7%).

Não menos relevante do que a disponibilidade de habitação é o direito a uma moradia adequada e, de acordo com o Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, um dos critérios para que uma moradia seja considerada adequada é que haja a disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura. Ou seja, a moradia não é adequada se os ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia (para cozinhar, aquecer, iluminar e armazenar alimentos) e coleta de lixo.

Segundo a Lei No 11.445/2007, saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Deste modo, todos os municípios brasileiros têm obrigação de elaborar e apresentar um Plano Municipal de Saneamento Básico, sem o qual não recebem recursos do Governo Federal para o cumprimento de metas de cobertura e atendimento de serviços de água, coleta e tratamento do esgoto doméstico,

coleta e destino do lixo urbano, drenagem e destino das águas pluviais, e limpeza urbana.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 83,3% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada, ou seja, há mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso a esse serviço (SNIS, 2017). A região Sudeste do Brasil apresenta aproximadamente 91,2% de atendimento total de água, enquanto que a região Norte conta apenas com 56,9%. Segundo a mesma fonte, cerca de 50,3% da população brasileira tem acesso à coleta de esgoto, portanto, mais de 100 milhões de brasileiros não estão conectados às redes. Outro dado preocupante é que mais da metade das escolas brasileiras não tem acesso à coleta de esgoto. No estado de São Paulo, cerca de 450 mil habitantes têm disponíveis apenas os serviços de coleta de esgoto que não estão ligados às redes e o despejam de forma inadequada no meio ambiente.

No que diz respeito ao tratamento, somente 42,7% do esgoto gerado no país é tratado. Em 2015, a região Norte do Brasil teve apenas 16,4% de esgoto tratado, seguida pela região Nordeste com 32,1% e pelas regiões Sul (41,4%) e Sudeste (47,4%). A região com melhor desempenho em tratamento de esgoto foi a Centro-Oeste, no entanto, a média de esgoto tratado atinge apenas a metade da população. Em termos de volume, neste mesmo ano as capitais brasileiras lançaram cerca de 1,2 bilhão de m³ de esgoto na natureza (SNIS, 2017).

Segundo um estudo feito pelo Instituto Trata Brasil/CEBDS (2014), se 100% da população brasileira tivesse acesso à coleta de esgoto haveria uma redução, em termos absolutos, de 74,6 mil internações por infecções gastrointestinais ao ano e, se todos tivessem saneamento básico, haveria redução de 15,5% de mortes causadas por tais infecções.

Com relação à geração de lixo no Brasil, de acordo com levantamento por amostragem feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), esta teve um acréscimo de 29% de 2003 para 2014. No entanto, a quantidade de resíduos com destinação adequada não acompanhou o aumento da geração de lixo, sendo que, em 2014, apenas 58,4% do total foi direcionado a aterros sanitários (ABRELPE, 2015). Além disso, mais de 20 milhões de brasileiros não dispõem de coleta regular de lixo, pois cerca de 10% dos materiais gerados não são recolhidos.

Quanto à coleta seletiva de lixo, segundo a pesquisa Índices de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2012), o número de municípios brasileiros com este tipo de coleta mais que dobrou de 2000 a 2008. Em 2000, apenas 8,2% destes apresentavam alguma iniciativa de coleta seletiva e, em 2008, passou para 19,5%. Ainda assim, apenas 1087 municípios brasileiros possuíam alguma forma de separação para reciclagem, estando concentrados basicamente nas regiões Sudeste e Sul, onde aproximadamente 26,0% e 41,4% dos municípios, respectivamente, faziam coleta seletiva. Nesta pesquisa, as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentaram os piores índices, com apenas

7,1%, 6,0% e 5,1%, respectivamente.

Já a pesquisa mais recente da ABRELPE apontou que, em 2010, cerca de 58,0% dos municípios brasileiros apresentavam alguma iniciativa de coleta seletiva. Em 2014, esse percentual passou para aproximadamente 65,0% (ABRELPE, 2015), o que mostra uma melhoria significativa nos índices.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno e, ou estabelecer relações entre variáveis, levando à compreensão do comportamento de fatores que influenciam essa população ou fenômeno (GIL, 2002). A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto na coleta das informações, quanto no tratamento destas por meio de técnicas estatísticas (LAKATOS; MARCONI, 2001).

A pesquisa de campo foi feita no município de Tupã, abrangendo domicílios das regiões Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Distritos do referido município.

O instrumento de coleta de dados foi um formulário com variáveis concernentes ao perfil dos moradores dos domicílios tupãenses (número de moradores, gênero, faixa etária, condições empregatícias e faixa de renda), às condições dos domicílios e às opiniões dos moradores quanto aos investimentos necessários para o município. Considerou-se uma população infinita e foi estipulado um tamanho amostral de 433 domicílios, para uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95,5% (MARTINS, 2002). Ainda de acordo com a representatividade de cada região do município, a amostra de domicílios foi definida como: Região Norte (45 domicílios); Região Sul (49 domicílios); Região Leste (172 domicílios); Região Oeste (71 domicílios); Centro (78 domicílios) e Distritos (18 domicílios). Os domicílios foram selecionados de forma aleatória, resguardando-se o nome ou quaisquer informações dos munícipes que os identificassem.

Os dados foram coletados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura de Tupã durante os anos de 2012 e de 2013 e, posteriormente, foram tabelados, analisados (usando técnicas de análise estatística descritiva, ou seja, por meio de tabelas e gráficos individuais e/ou comparativos, e de medidas descritivas) e discutidos por docentes e discentes do Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Engenharia do Campus de Tupã da UNESP.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados da pesquisa, o número médio de moradores por domicílio tupãense é maior nas regiões Leste (3,89), Sul (3,60) e Distritos (3,20), respectivamente, e em

todas as regiões pesquisadas, exceto na região Oeste, houve uma predominância de pessoas do sexo feminino por domicílio. A Figura 1 a seguir evidencia esta predominância, principalmente no Centro e nas regiões Norte e Sul, com percentuais de aproximadamente 56%.

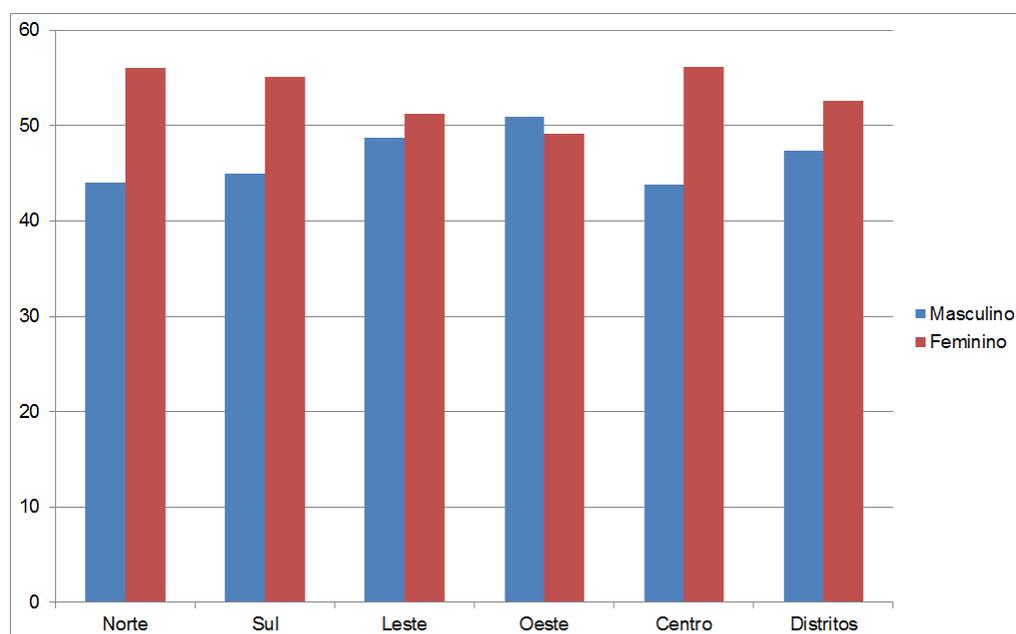


Figura 1: Comparação quanto ao gênero (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

No que diz respeito à faixa etária por região, observou-se que a faixa etária que mais se destaca em todas as regiões, exceto na região Leste, é de 50 anos ou mais. A região Leste é a única que possui distribuição praticamente uniforme das faixas etárias, conforme Figura 2.

Quanto à renda, as regiões Sul, Leste e Distritos são as que mais apresentaram municípios sem renda, mas cabe ressaltar que são nelas também onde se concentram as faixas etárias de 0 a 18 anos e, por consequência, de não economicamente ativos (Figura 4). Em seguida, a faixa de renda de 01 a 02 salários-mínimos foi a que obteve maior destaque, principalmente nas regiões Oeste, Centro e Distritos, conforme Figura 3.

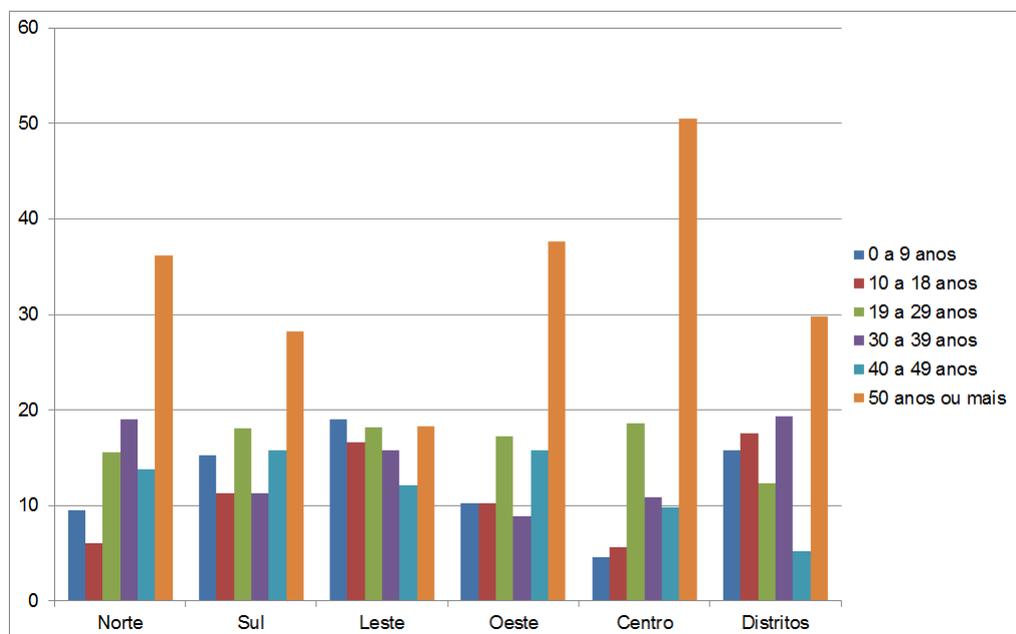


Figura 2: Comparação quanto à faixa etária (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

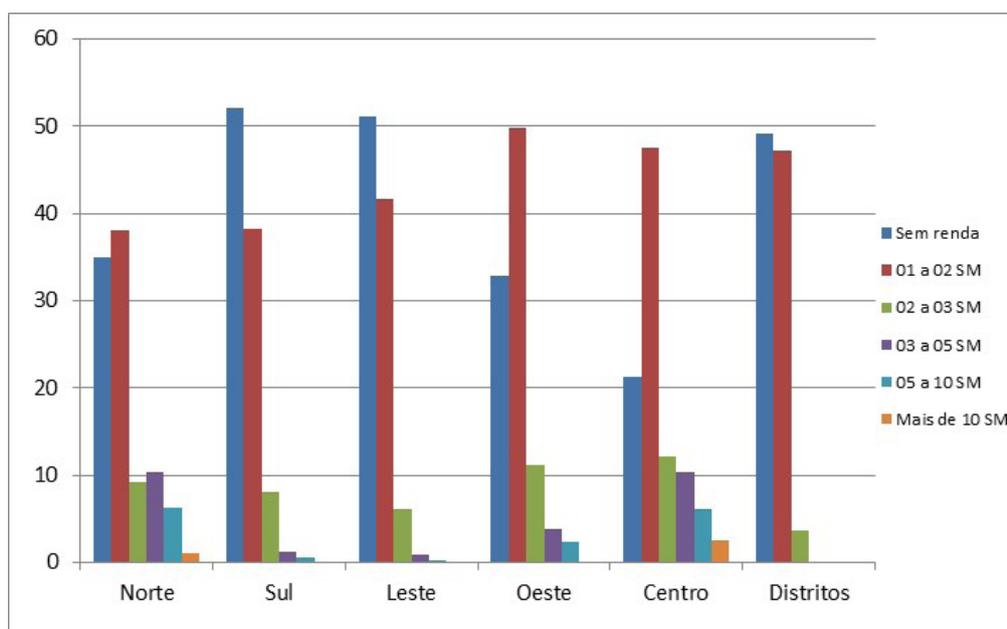


Figura 3: Comparação quanto à faixa de renda (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Entretanto, no que diz respeito à renda média (em salários-mínimos) estimada por domicílio, observou-se que o Centro (5,07), bem como as regiões Oeste (4,13) e Norte (4,02) apresentaram as maiores rendas médias do município, respectivamente. Uma vez que os programas habitacionais são destinados prioritariamente às famílias com renda de até três salários-mínimos, munícipes dos Distritos (2,83) e das regiões Sul (3,18) e Leste (3,19) de Tupã se enquadrariam mais nesse cenário.

Quanto à situação empregatícia dos munícipes tupãenses, de uma forma geral, observou-se que 23,2% dos moradores eram não economicamente ativos e 44,0% estavam empregados, mas apenas 62,0% possuíam carteira assinada. Um comparativo

por região mostrou que a região Oeste e o Centro foram os que apresentaram maiores percentuais de empregados, os Distritos tiveram o maior percentual de não empregados, e a região Leste apresentou o maior percentual de não economicamente ativos, conforme Figura 4.

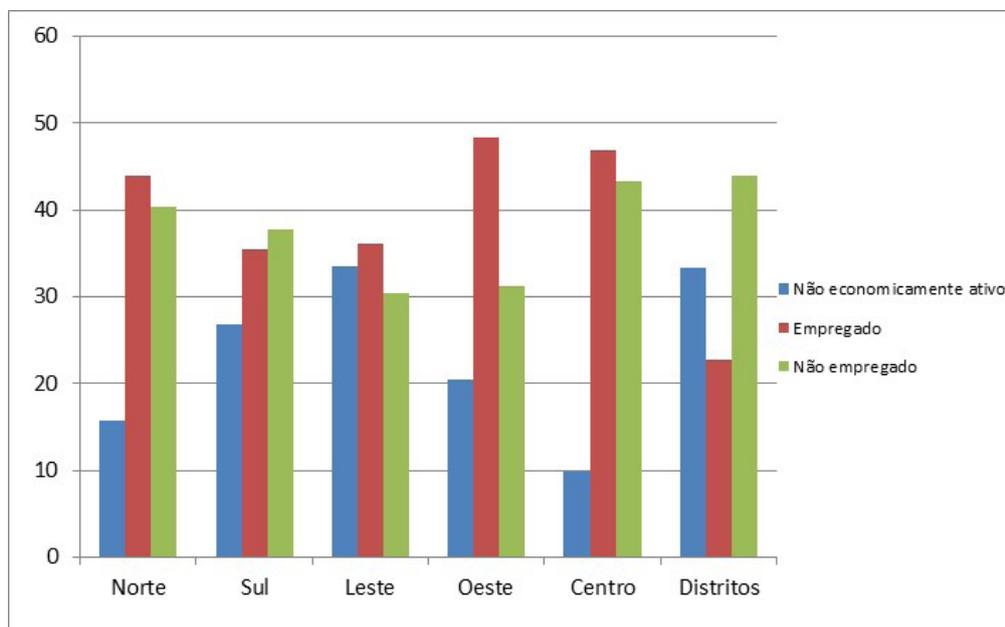


Figura 4: Comparação quanto à condição empregatícia (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Para os munícipes empregados, a região Norte foi a que teve o maior percentual de registro em carteira (acima de 80%), seguida pelo Centro e pela região Oeste, que são justamente as regiões cujos munícipes apresentaram rendas superiores. Por outro lado, os Distritos e a região Sul se destacaram pela não efetivação de registro em carteira, de acordo com Figura 5.

Em relação à situação dos domicílios, observou-se que 64,6% das famílias tupãenses possuíam residências próprias quitadas e 8,3% próprias financiadas, enquanto 18,8% tinham moradias alugadas e 8,3% cedidas, independentemente da região. Uma comparação da condição dos domicílios por região mostrou que famílias principalmente dos Distritos (44,5%), do Centro (33,8%), da região Sul (28,6%) e da região Leste (26,7%) teriam maior propensão a buscar programas de acesso à moradia, uma vez que se encontravam em casas alugadas ou cedidas, conforme Figura 6, e não possuíam casa ou terreno (Figura 7).

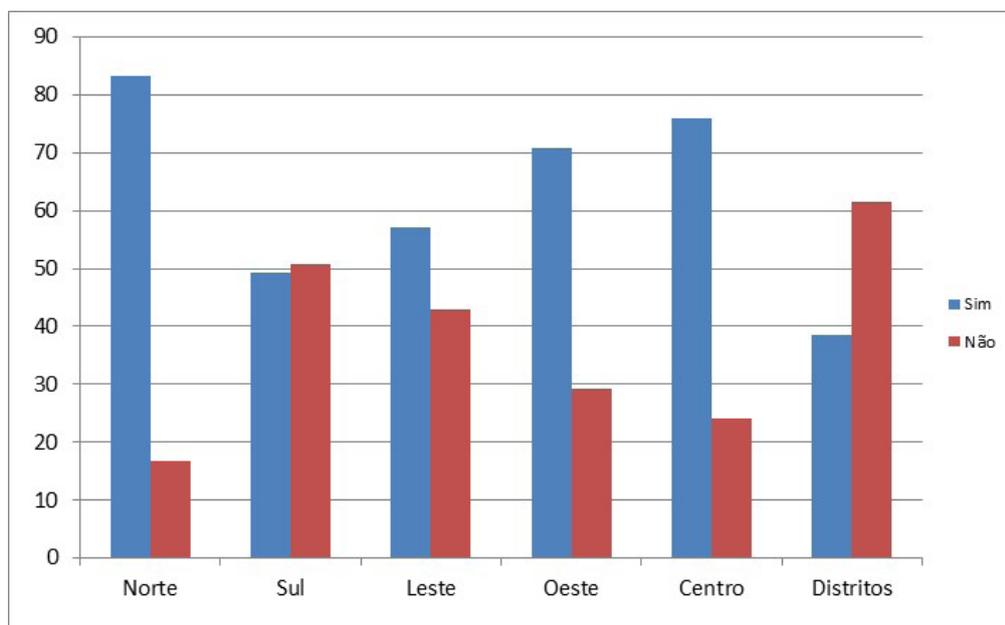


Figura 5: Comparação quanto à efetivação do registro em carteira (%), se empregado, por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

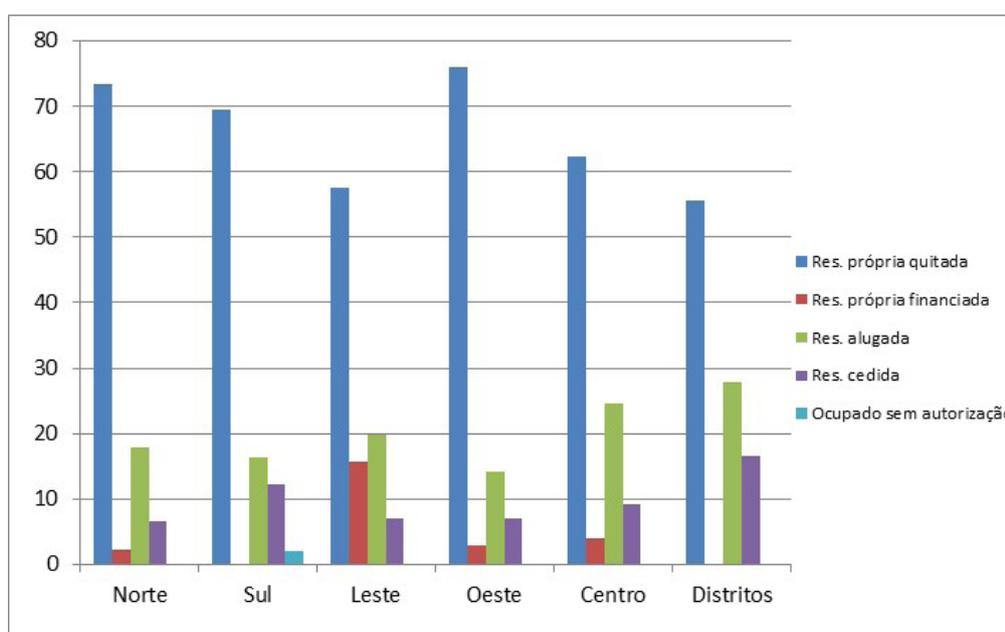


Figura 6: Comparação quanto à situação do domicílio (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Levando em conta as normas para participação nos referidos programas habitacionais, constatou-se que, em média, 29,8% dos munícipes teriam potencial para participar de tais programas, ou seja, são moradores com residências alugadas ou cedidas e com o perfil descrito anteriormente, corroborando com a estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura de Tupã. E, de acordo com os resultados, pode-se inferir que, principalmente os munícipes dos Distritos e das regiões Sul e Leste teriam esse potencial, dado o perfil destas regiões principalmente quanto à situação dos domicílios, faixa etária, renda média por domicílio e condições

empregatícias. A região Central também apresentou várias características que favorecem a participação em programas habitacionais, no entanto, a renda familiar média se mostrou bem superior à das demais regiões.

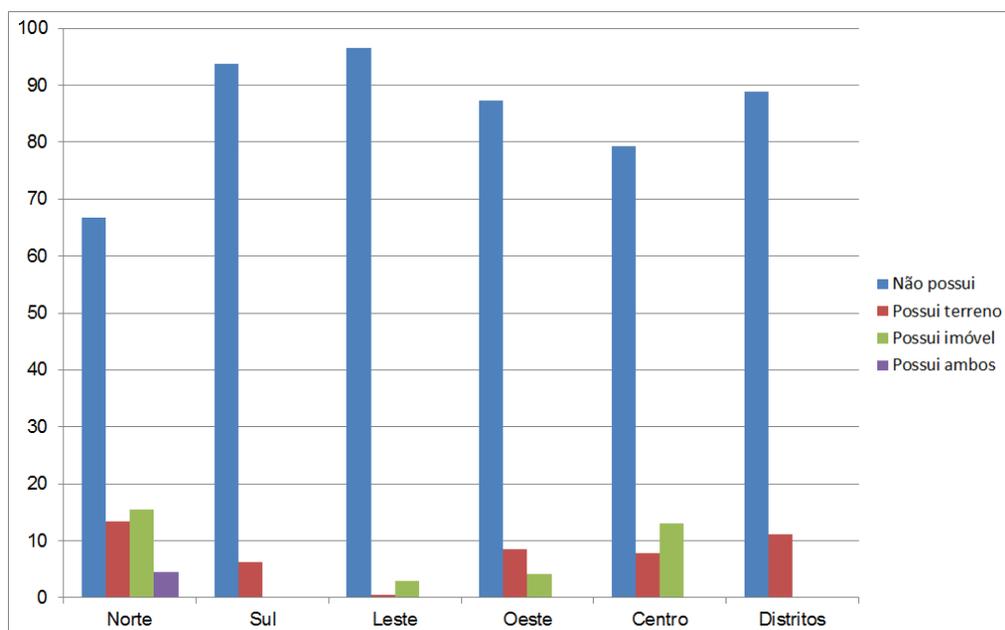


Figura 7: Comparação quanto à aquisição de outro imóvel e/ou terreno (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Ainda segundo dados da pesquisa, todos os domicílios de Tupã estavam ligados à rede pública de abastecimento de água. Por outro lado, somente 94,7% dos domicílios estavam conectados à rede pública de esgoto, sendo que os Distritos (16,7%), o Centro (6,5%) e a região Sul (6,1%) relataram o uso de fossas ou outro tipo de descarte.

E, de acordo com os pesquisados, todos os domicílios das regiões Norte, Sul, Leste e Oeste do município possuíam relógio próprio, e apenas os domicílios dos Distritos (6,7%) e do Centro (5,2%) compartilhavam relógios (comunitários).

No que diz respeito ao destino do lixo domiciliar, os munícipes pesquisados informaram que o mesmo era totalmente coletado em todas as regiões. No entanto, apenas os munícipes das regiões Norte, Leste e Distritos disseram que todo lixo reciclável era coletado. Nas demais regiões, 93,8% dos moradores da região Sul, 97,7% da região Leste e 98,7% do Centro disseram que o lixo reciclável era coletado; o restante informou que não reciclava o lixo ou que o armazenava.

Deste modo, ainda que os resultados da pesquisa mostrem percentuais superiores e, portanto, mais favoráveis ou positivos quando comparados àqueles registrados pelo SNIS e pela ABRELPE em 2014, a demanda por saneamento básico que proporcione acesso adequado à moradia em Tupã, bem como por políticas voltadas à conscientização quanto à reciclagem do lixo, é existente.

Finalmente, quando questionados sobre os investimentos necessários ao desenvolvimento do município de Tupã, a maioria dos pesquisados, independentemente

da região, relatou a necessidade de geração de empregos por meio de indústrias, comércios e serviços, conforme Figura 8.

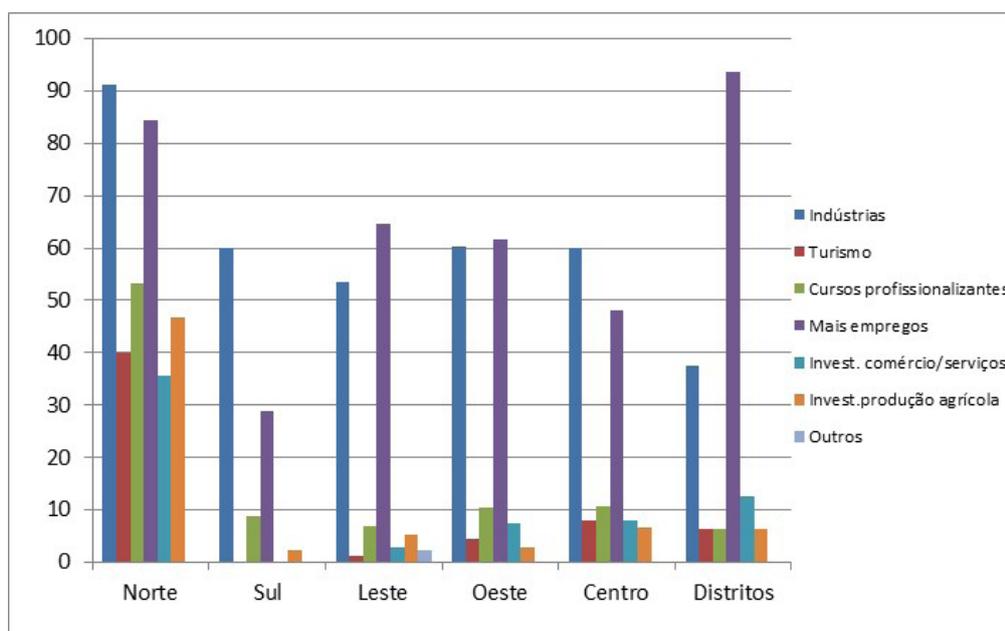


Figura 8: Comparação quanto à opinião sobre o tipo de investimento necessário para o desenvolvimento de Tupã (%), por região.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

6 | CONCLUSÃO

A perspectiva deste estudo, a partir dos resultados obtidos, é suscitar discussões e ações por parte da administração pública à proposição de políticas habitacionais e de saneamento básico que possam promover o acesso adequado à moradia no município de Tupã-SP, uma vez que se comprovou a existência de demanda tanto habitacional como de acesso aos serviços básicos, e se obteve um perfil dos munícipes com potencial para tais demandas.

Espera-se, finalmente, ainda evidenciar o método proposto, que poderá auxiliar no desenvolvimento de pesquisas similares em outros municípios, a fim de proporcionar informação à população no que diz respeito ao acesso adequado à moradia.

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais; **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil (2015)**. Disponível em: < <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf> > Acesso em: 24 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República; **LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017); **Característica da população**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012); Índices de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Instituto Trata Brasil/CEBDS (2014); **Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro**: qualidade de vida produtividade e educação valorização ambiental. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/expansao/Beneficios-Economicos-do-Saneamento.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2002. 12.

OLIVEIRA, Sandra Cristina de; PINTO, Leonardo de Barros; PIGATTO, Gessuir. Um estudo sobre o déficit habitacional e o acesso ao saneamento básico no município de Tupã, SP. **ANAP Brasil**, v. 9, p. 27-38, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2014); **Diagnóstico dos serviços de Água e Esgoto - 2015**. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2017. 212 p. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015>>. Acesso em: 11 abril. 2018

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-295-1



9

788572 472951